



Demonstrações Financeiras

Auditoria



Águas da Região do Centro, SA
para o ano findo em 31 de Dezembro de 2024



Relatório & Contas - 2024

- Beira, Manica, Tete, Quelimane, Moatize e Mocuba-



Página

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração	8
Relatório dos Auditores Independentes	9 -10
Balanço	11
Demonstração dos Resultados	12
Demonstração de Fluxos de Caixa	13
Demonstração das Variações no Capital Próprio	14
Notas às Demonstrações Financeiras	15 - 47

Introdução

A Águas da Região do Centro, Sociedade Anonima (adiante designada por AdRC, S.A), tem por objeto exclusivo, em regime de concessão, a prossecução da exploração do serviços público de abastecimento de água e a promoção de todas as actividades conexas e complementares a aquele serviço, as quais incluem a extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem, ou venham a integrar os sistemas concessionados, bem como a execução de todas as obras necessárias à concretização do Plano de Investimentos.

O Governo de Moçambique (GovM), por intermédio do Ministério das Obras Públicas, Habitação Recursos Hídricos (MOPHRH), desencadeou um processo de reformas institucionais que ocorreram ao nível do sector de abastecimento de água, culminando na constituição de empresas gestoras de âmbito regional, deixando o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) de ser a entidade responsável pela gestão dos sistemas de abastecimento de água sobre a sua responsabilidade.

A nível da Região Centro, esta responsabilidade foi delegada a sociedade comercial Águas da Região do Centro, SA., constituída a luz do Decreto Ministerial, conforme o Boletim da República nº 35/2021 de 04 de Julho de 2021, o qual constitui a Sociedade Comercial Águas da Região do Centro, S.A., doravante AdRC, SA., como entidade gestora do serviço público de abastecimento de água, sediada na província de Sofala, cidade da Beira, registada na conservatória das entidades legais da cidade de Maputo a 25 de Agosto de 2021, com o NUIT nº401338152, estão sobre a gestão da AdRC, S.A., 6 (seis) Áreas Operacionais, respectivamente:

1. Área Operacional da Beira;
2. Área Operacional de Manica;
3. Área Operacional Tete;
4. Área Operacional de Quelimane;
5. Área Operacional Moatize;
6. Área Operacional Mocuba.

E uma empresa de interesse público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão. Rege-se pela legislação comercial. A Superintendência da empresa é exercida pelo titular do poder executivo. A tutela é exercida pelo Ministro responsável pelo Sector Empresarial Público (Ministério da Economia e Finanças-MEF), e pelo Ministro responsável pelo sector de actividade, Ministério de Obras Publicas, Habitação e Recursos Hídricos-MOPHRH.

A empresa deve de acordo com o contrato de Cessão, apresentar um Plano de Negócios contendo os “elementos necessários para uma verificação apropriada da viabilidade técnica e económica dos projectos de maior impacto na prestação do serviço, assim como da razoabilidade dos valores de receita, CAPEX e OPEX associados”.

A Empresa, elaborou o Plano de Actividades e Orçamento 2024, para um horizonte temporal de 12 (doze) meses.

Quadro 1. Perfil Águas da Região do Centro, SA., (2024)

Identificação	Águas da Região do Centro, SA., (AdRC, SA.)
Modelo de gestão	Sociedade Comercial
Sede Social	Rua: Carlos Pereira, nº 148, Bairro Estoril, Cidade da Beira
Pessoa Colectiva:	401338152
Alvará Comercial	Captação, Tratamento e Distribuição de Água
Capital Estatutário	10 000.000,00
Conselho de Administração	Eng.º João Amiel – Presidente do Conselho de Administração. Eng.º Manuel Mussequejua – Administrador para Área Técnica. Dr.ª Yolanda Mambo – Administradora Área de Administração, Finanças e Recursos Humanos. PhD.º Josefane Faiane – Administrador para Área Comercial. Dr.º Joaquim Cossa – Administrador não Executivo.
Fiscal Único	Eng.º Sérgio Cavadias – Presidente. Dra. Rosalina Cumaio – Vogal.

Actividades Desenvolvidas

O ano de 2024 foi caracterizado pelas eleições gerais e a crise pós-eleitoral, a qual impactou negativamente na economia do país, e no sector de abastecimento de água, pelas várias acções desencadeadas por um grupo de indivíduos a nível da sociedade. Contudo, várias foram as acções e actividades desenvolvidas para garantir a melhoria da eficiência do nível do serviço de abastecimento de água na zona de cessão.

Ao longo do ano de 2024, o objectivo principal da empresa foi de atingir uma melhoria do nosso nível de serviço, com o consequente aumento da satisfação dos clientes, a qual continua a ser a maior preocupação.

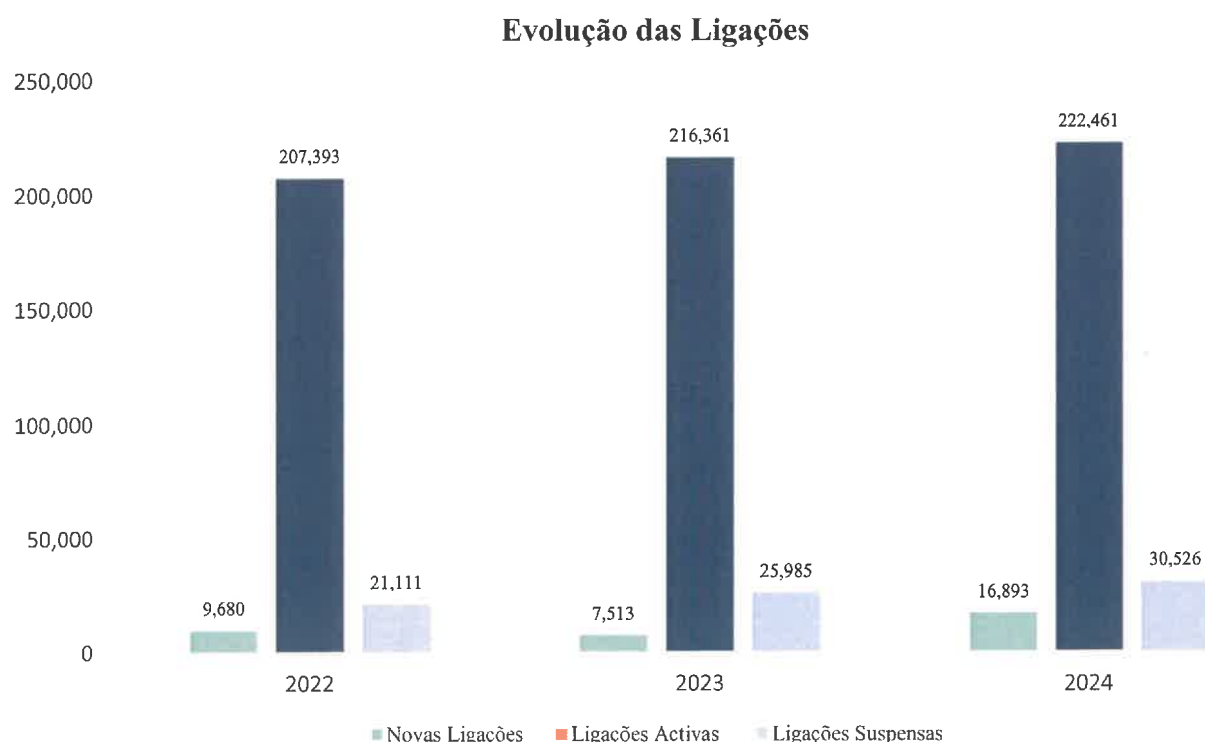
As actividades decorreram em conformidade com as estratégias estabelecidas a nível do plano e orçamento 2024, as quais estavam assentes no crescimento sustentável da AdRC, S.A., orientado para expansão do serviço para novos clientes, otimização da estrutura de custos e melhoria dos resultados operacionais.

É de realçar as actividades de destaque durante o ano de 2024, a destacar:

- Execução de 11 000 ligações a nível do projecto OBA, assente na provisão do serviço para a população de baixa renda a nível das Áreas Operacionais da Beira, Tete e Moatize;
- Implementação e operacionalização dos serviços de PDA para melhoria do nível de cobranças.

Evolução dos Clientes

No gráfico abaixo podemos observar a evolução dos clientes activos, suspensos e novas ligações executadas desde 2022 a 2024, o qual demonstra uma evolução crescente das ligações activas.

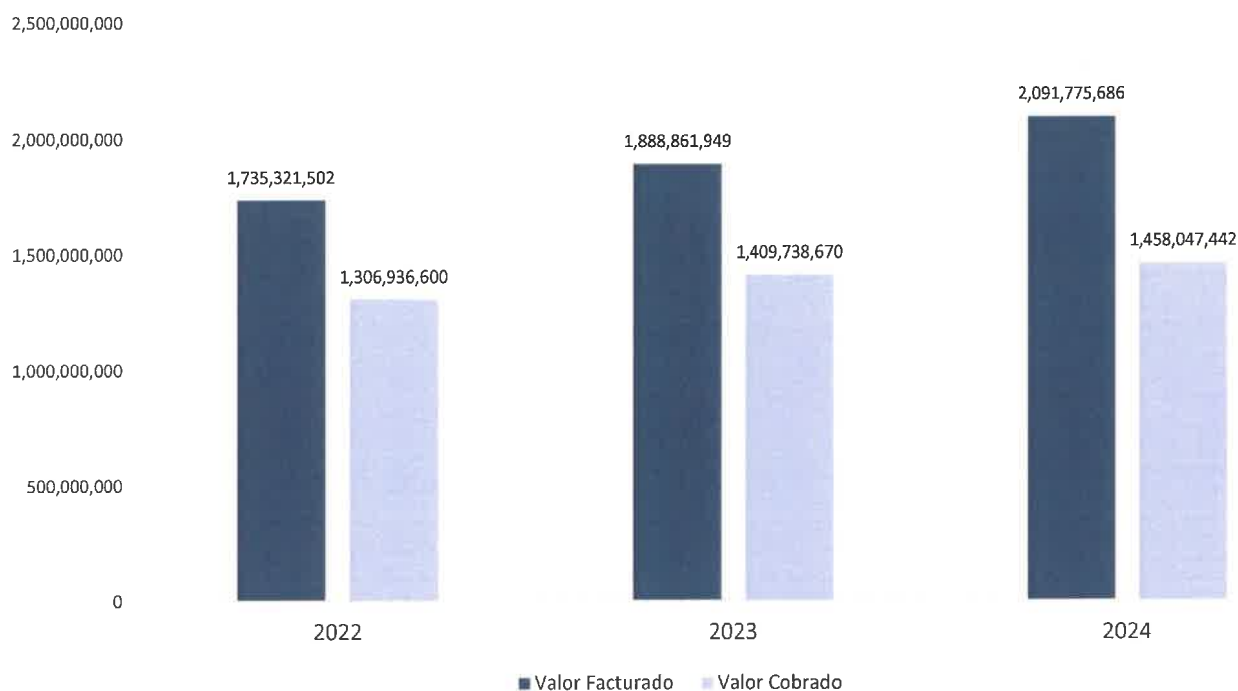


Evolução da Facturação e Cobranças

O ano de 2024 caracterizou-se pelo ajustamento tarifário, não obstante, os desafios verificados para cobrança dos clientes da categoria público, contudo, estratégias estão a ser implementadas para o aumento do rácio de cobrança, como:

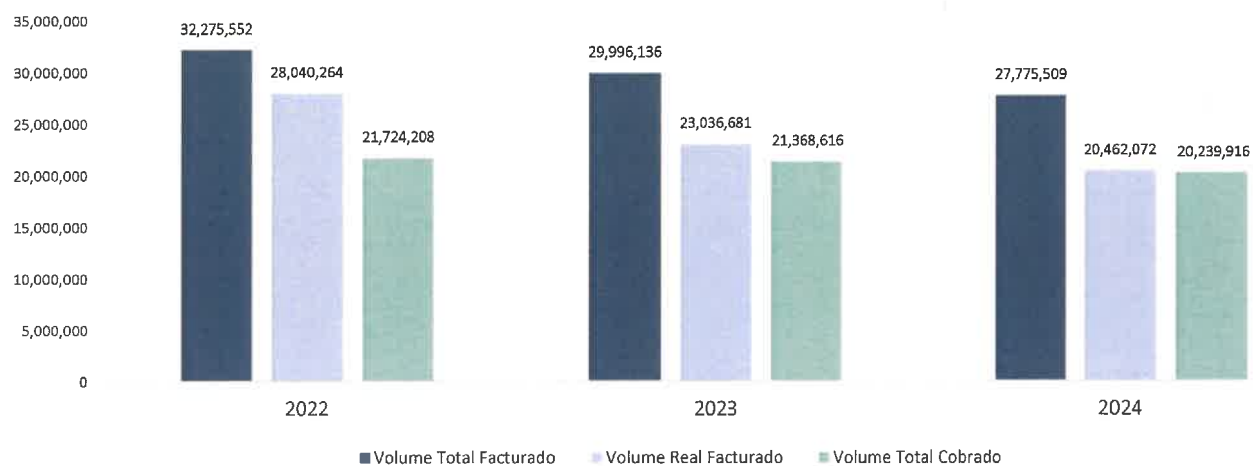
- implementação dos PDAs;
- constituição da unidade de recuperação da dívida;
- requalificação da base de dados dos clientes.

Evolução do Volume de Negócio



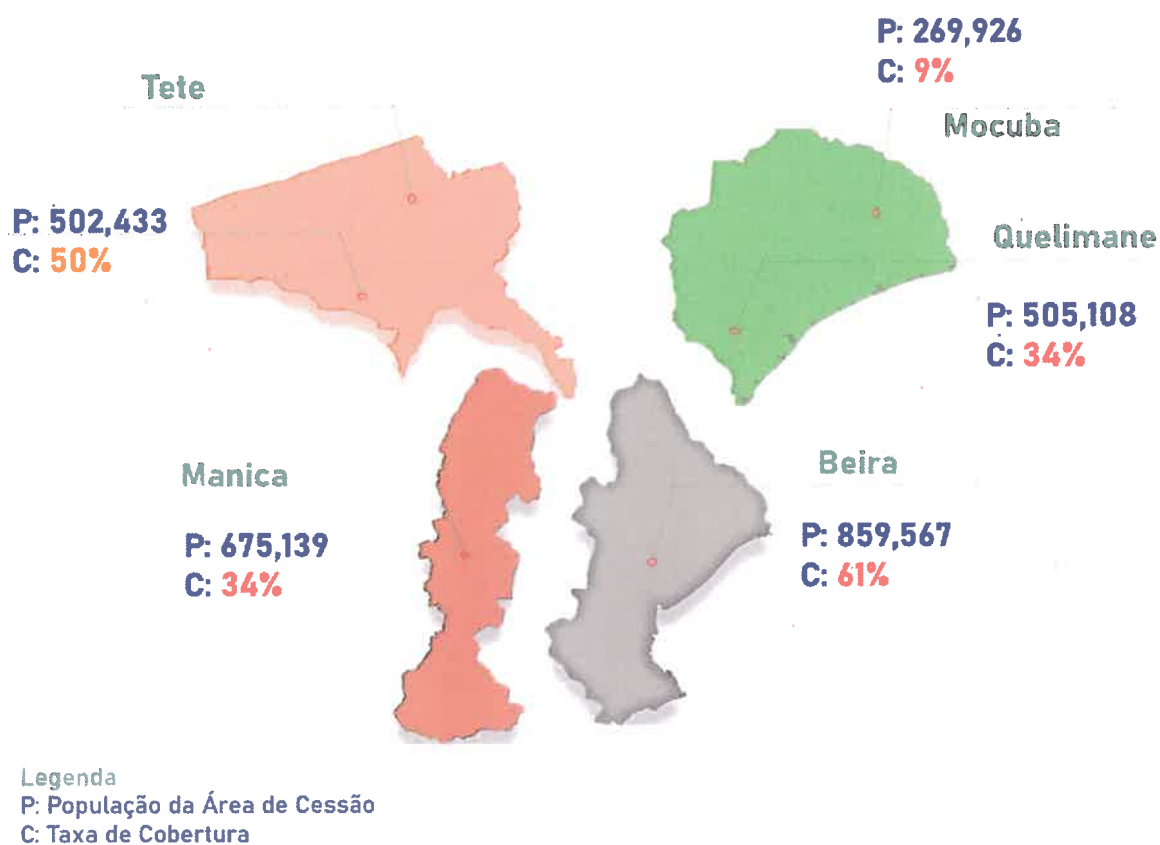
Evolução dos Volumes

Evolução dos Volumes



O mapa abaixo, ilustra a nossa área de cessão e as respectivas taxas de cobertura do serviço de abastecimento de água em cada província.

Figura 2. Província de Sofala, Manica, Tete e Zambézia



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela preparação, integridade e apresentação apropriada das demonstrações financeiras da Águas da Região do Centro, S.A.

As demonstrações financeiras foram auditadas pela firma de auditores independentes (KPMG), à qual foi dado acesso, sem quaisquer restrições, aos registos contabilísticos e informação relacionada, incluindo actas de Assembleias gerais dos Accionistas e actas do Conselho de Administração.


As demonstrações financeiras anuais do ano findo em 31 de Dezembro de 2024 apresentadas nas páginas 11 a 47 foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF), sendo que estas foram aplicadas de forma consistente e suportadas por razoável e prudente juízo e estimativas. Os pressupostos de continuidade das operações foram tomados em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras. Baseado em projecções financeiras e nos recursos financeiros disponíveis, a administração não tem conhecimento de qualquer motivo que possa por em causa a continuidade da empresa num futuro próximo.

A Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta, certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras anuais e para salvaguardar, verificar e manter adequadamente os activos da Empresa. Os controlos internos são monitorados pela Administração e pelos empregados da Empresa com a necessária segregação de autoridade e funções. Estão implementados procedimentos para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas e atempadas acções correctivas.

As demonstrações financeiras da AdRC, SA., foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de Setembro de 2025 e foram assinadas em seu nome por:

João Amiel Pereira

Yolanda José Mambo


Presidente do Conselho de
Administração


Administradora AFRH



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telephone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co/mz

Relatório dos Auditores Independentes

Ao Accionista da Águas da Região do Centro, S.A.

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Águas da Região do Centro, S.A. (a “Empresa”), constantes das páginas 11 a 47, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024, a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das variações no capital próprio do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Águas da Região do Centro, S.A em 31 de Dezembro de 2024, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC- NIRF).

Base de Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras do nosso relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com o Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo as Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA) juntamente com os requisitos éticos que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

Os Administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade do Conselho de Administração. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia de fiabilidade sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores em relação às demonstrações financeiras

Os Administradores são responsáveis pela preparação e correcta apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pelos controlos internos que a Administração determinar como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materialmente relevantes, devidas a fraude ou a erro.



Ao preparar as demonstrações financeiras, os Administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Empresa continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizando a base da contabilidade operacional, a menos que os Administradores pretendam liquidar a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão proceder dessa maneira.

Responsabilidades dos Auditores em relação a Auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objectivos são obter uma segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia razoável é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre distorções materiais quando existirem. As distorções materiais podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderam influenciar razoavelmente às decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente:

- Identificarmos e avaliarmos os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e efectuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a anulação do controlo interno.
- Obtermos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliarmos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos Administradores.
- Concluirmos sobre a adequação do uso por parte dos Administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria.
- Avaliarmos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.

Comunicamos com os Administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:


Abel Jone Guaiúguaia, 04/CA/OCAM/2012
Sócio
12 de Setembro de 2025

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ACTIVOS			
Activo não corrente		101,190,049	82,485,177
Activos tangíveis	4	96,139,245	79,724,901
Activos intangíveis	5	5,050,804	2,760,276
Activo corrente		1,039,060,299	1,894,839,119
Inventários	6	165,340,121	175,874,734
Clientes	7	771,116,246	1,344,588,310
Outros activos correntes	8	69,536,033	330,613,709
Caixas e equivalentes de caixa	9	33,067,899	43,762,366
Total do activo		1,140,250,348	1,977,324,296
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio		45,461,930	1,068,579,616
Capital social	10	10,000,000	10,000,000
Resultados transitados		(468,393,732)	-
Outras componentes do capital próprio	11	1,526,973,348	1,526,973,348
Resultado líquido do período		(1,023,117,686)	(468,393,732)
PASSIVOS			
Passivo não corrente		17,452,771	-
Outros passivos financeiros	12	17,452,771	-
Passivo corrente		1,077,335,647	908,744,680
Empréstimos obtidos	13	40,642,029	-
Fornecedores	14	181,338,934	102,160,905
Acrescimos e diferimentos	15	114,728,547	209,914,775
Imposto a pagar	16	81,845,424	85,880,761
Outras contas a pagar	17	658,780,713	510,788,239
Total do Passivo		1,094,788,418	908,744,680
Total do capital próprio e do passivo		1,140,250,348	1,977,324,296

João Amiel Pereira



Presidente do Conselho de Administração

Yolanda José Mabunda Mambo



Administradora AFRH

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Rédito	18	1,858,604,204	1,593,551,863
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	19	(130,465,332)	(92,390,499)
Margem das Vendas		1,728,138,872	1,501,161,364
Gastos com o pessoal	20	(733,141,346)	(581,773,209)
Fornecimento e serviços de terceiros	21	(397,608,692)	(424,628,169)
Depreciações e amortizações	4,5	(27,727,904)	(31,871,229)
Outros ganhos e perdas operacionais	22	(361,626,847)	(172,047,639)
Imparidade de contas a receber	23	(1,140,903,951)	(670,671,175)
Resultados operacionais		(932,869,868)	(379,830,057)
Rendimentos financeiros	24	231,694	973,441
Gastos financeiros	25	(8,634,088)	(3,656,355)
Resultados financeiros		(8,402,394)	(2,682,914)
Resultados antes de impostos		(941,272,262)	(382,512,971)
Impostos sobre rendimentos	26	(81,845,424)	(85,880,761)
Resultado líquidos do exercício		(1,023,117,686)	(468,393,732)

João Amiel Pereira


 Presidente do Conselho de Administração

Yolanda José Mabunda Mambo


 Administradora AFRH

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Actividades Operacionais			
Recebimentos respeitante a:			
Recebimentos de clientes		1,473,192,393	1,414,983,603
Pagamentos respeitante a:			
Pagamentos a fornecedores		(458,753,059)	(482,593,479)
Pagamentos ao pessoal		(567,202,783)	(478,026,677)
Pagamentos relativos a OPEX	27	(407,840,417)	(425,516,969)
Caixa gerada pelas operações		39,396,134	28,846,478
Fluxos de actividades operacionais (1)		39,396,134	28,846,478
Actividades de investimentos			
Pagamentos respeitante a:			
Aquisição de activos tangíveis	4	(44,076,783)	(36,822,977)
Aquisição de activos intangíveis	5	(2,355,992)	-
Fluxos de actividades de investimentos (2)		(46,432,775)	(36,822,977)
Actividades de financiamentos			
Pagamentos respeitante a:			
Empréstimos obtidos de curto prazo	12	(2,100,018)	-
Juros de leasing	12	(592,058)	-
Juros de descoberto bancário	13	(965,750)	-
Fluxos de actividades de financiamentos (3)		(3,657,826)	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(10,694,467)	(7,976,499)
Caixa e seus equivalentes no início do período		43,762,366	51,738,865
Caixa e seus equivalentes no final do período		33,067,899	43,762,366

João Amiel Pereira


Presidente do Conselho de Administração

Yolanda José Mabunda Mambo


Administradora AFRH

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Capital Social	Outros Componentes de Capital	Resultados transitados	Total do capital próprio
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2023	10,000,000	1,526,973,348	-	1 536 973 348
Resultado líquido do exercício	-	-	(468,393,732)	(468,393,732)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	10,000,000	1,526,973,348	(468,393,732)	1,068,579,616
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	10,000,000	1,526,973,348	(468,393,732)	1,068,579,616
Resultado líquido do exercício	-	-	(1,023,117,686)	(1,023,117,686)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	10,000,000	1,526,973,348	(1,491,511,418)	45,461,930

1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras e respectivos comparativos foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF) e no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas. As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF) exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. Assim como princípios fundamentais, interpretados a partir da estrutura conceptual do PGC-NIRF.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos referentes as estas demonstrações financeiras, pelo que, toda a informação financeira está apresentada em meticais e foi arredondada para a unidade do Metical mais próxima.

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdRC, S.A., estão apresentados em Meticais, a moeda funcional do ambiente económico em que a empresa opera.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após a data em que os bens entram em funcionamento, pelo método das quotas constantes com uma periodicidade duodecimal em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de activos.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do activo ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A amortização dos mesmos é efectuada durante a vida útil remanescente do activo ou até a próxima manutenção, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do activo é identificada e reconhecida em resultados. Os demais dispêndios com reparações, manutenções e conservação são reconhecidos como um custo do período em que são incorridos.

As principais taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Taxas de depreciação e amortização

DESCRIÇÃO	TAXAS	ANOS
CONSTRUÇÕES	2%-5%	20-50
EQUIPAMENTOS BASICOS:	10%	10
MOBILIARIOS E EQUIPAMENTOS ADMIN. E SOCIAIS	25%	4
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	10%	10
FERRAMENTAS E UTENSILIOS	12,5%	8
OUTROS ACTIVOS TANGIVEIS	10%	10
LINCENÇAS DE SOFTWARE (PROGRAMAS INFORMATICOS)	25%	4

Os activos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que se encontrem em condições de entrarem em funcionamento para os fins pretendidos.

As mais ou menos-valias resultantes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

A AdRC, S.A., efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Activos intangíveis

Os activos intangíveis da AdRC, S.A., são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim as seguintes vidas úteis:

1. Software – PHC 10
2. Software – PRIMAVERA 10

A AdRC, S.A., procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que a quantia escriturada excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Imparidade de activos não financeiros

A AdRC, S.A., efectua a cada data de relato ou com maior frequência caso tenha havido alguma alteração a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que a quantia escriturada dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. A AdRC, S.A., procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período, caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados do período aquando da sua anulação.

Locações

A determinação se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que detém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

As locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem, são registadas como locações financeiras.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são imputados aos exercícios a que se referem. Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objetivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

i. Activos financeiros detidos para negociação

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transacionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

ii. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou são designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

iii. Activos financeiros ao custo amortizado

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a AdRC a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

iv. Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transação directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação. O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A AdRC, S.A., avalia, à data de relato, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

O desreconhecimento dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a empresa, tenha transferido o controlo sobre esses activos.

v. Mensuração subsequente

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja, identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente (“bidprice”). Para a ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. Para os activos financeiros que não sejam possíveis mensurar com fiabilidade o justo valor, eles são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

vi. Imparidade

Em cada data de relato é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

vii. Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da

perda é mensurada como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia escriturada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda por imparidade deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia escriturada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

viii. Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia escriturada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

ix. Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

x. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

xi. Passivos financeiros

- i. Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, estes incorporam os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.
- ii. Empréstimos obtidos e contas a pagar, incorporam nesta categoria de passivos financeiros os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de valores monetários ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transação reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram. Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

xii. Mensuração Subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

xiii. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, para a qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do relato. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdRC, divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação da obrigação, for considerada remota.

Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar uma saída de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de saída de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

xiv. Reconhecimento de gastos e crédito

O crédito inerente a venda de água e prestação de serviços é reconhecido na Demonstração de Resultados quando a água é fornecida e o serviço foi prestado.

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transação que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

Os proveitos relativos a prestações de serviços em geral são reconhecidos com a sua realização. Os proveitos financeiros relacionados com a mora no pagamento por parte dos clientes são reconhecidos quando há significativa evidência da sua cobrabilidade.

xv. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício. O custo de aquisição inclui todos os gastos directos ou indirectos até à sua entrada em armazém.

xvi. Activos e passivos contingentes

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de saída de recursos ou a garantia da obrigação não poder ser mensurada com fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Um activo contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

xvii. Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço (32%, em 31 de Dezembro de 2024).

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

xviii. Impostos diferidos

Os impostos diferidos, activos e passivos, correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar, respectivamente, em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Na preparação das demonstrações financeiras, a AdRC, S.A., adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis;
- ii) Análises de imparidade, nomeadamente de activos tangíveis e contas a receber,
- iii) Provisões, e
- iv) Impostos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

a. Vidas úteis dos activos tangíveis

A cada data de relato, a AdRC, S.A., efectua uma avaliação contínua das suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos.

b. Imparidade de activos tangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade a data de relato, e sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia escriturada excede a recuperável. Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da AdRC, S.A.

c. Imparidade de contas a receber

A cada data de relato e sempre que necessário a AdRC, S.A., avalia se existe evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais.

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da gestão nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

d. Provisões e reversões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem:

- i) Uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados;
- ii) Para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
- iii) O montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota. As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

e. Impostos

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do presente exercício económico, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais à aquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no código mencionado.

Em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da AdRC, S.A., sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais. A empresa acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que se encontra sujeita, pelo que eventuais correções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. Activos tangíveis

Os activos tangíveis são analisados como seguem respectivamente:

	Saldo Inicial	Adições	Depreciações	Quantia escriturada
Construções	-	1,948,497	(45,963)	1,902,534
Equipamento básico	-	10,424,988	(530,344)	9,894,644
Mobiliário e Equipamento Administrativo e Social	116,140,630	2,845,451	(100,298,445)	18,687,636
Equipamento de Transporte	184,612,657	28,857,848	(148,120,053)	65,350,452
Ferramentas e utensílios	9,767,225	-	(9,501,390)	265,835
Outros Activos Tangíveis	327,533	-	(296,839)	30,694
Tarras e Vasilhames	7,450	-	-	7,450
	310,855,494	44,076,784	(258,793,034)	96,139,245

31 de Dezembro de 2023

	Saldo inicial	Adições	Depreciações	Quantia escriturada
Mobiliário e Equipamento administrativo e Social	110,687,242	5,453,388	(93,120,898)	23,019,732
Equipamento de transporte	153,243,068	31,369,589	(128,211,468)	56,401,190
Ferramentas e utensílios	9,767,225	-	(9,501,309)	265,835
Outros activos tangíveis	327,532	-	(296,839)	30,694
Tarras e vasilhames	7,450	-	-	7,450
	274,032,518	36,822,977	(231,130,594)	79,724,901

Depreciações acumuladas

	Saldo inicial	Movimento	Saldo Final
Construções	-	45,963	45,963
Equipamento básico	-	530,344	530,344
Mobiliário e Equipamento administrativo e Social	93,120,898	7,177,546	100,298,444
Equipamento de transporte	128,211,468	19,908,585	148,120,053
Ferramentas e utensílios	9,501,390	-	9,501,390
Outros activos tangíveis	296,839	-	296,839
	231,130,595	27,662,438	258,793,034

31 de Dezembro de 2023

	Saldo inicial	Movimento	Saldo final
Mobiliário e Equipamento administrativo e Social	82,844,272	10,276,627	93,120,898
Equipamento de transporte	107,210,825	21,000,641	128,211,466
Ferramentas e utensílios	9,070,734	430,656	9,501,390
Outros activos tangíveis	196,389	100,450	296,839
	199,322,220	31,808,374	231,130,594

5. Activos intangíveis

A rubrica de activos intangíveis reflecte o custo das licenças dos sistemas informáticos (programas) adquiridos e em uso a nível da AdRC, S.A., nomeadamente Primavera, PHC, Windows, antivírus e MS Office.

Os activos intangíveis são analisados como seguem respectivamente:

	Beira	Tete	Quelimane	Moatize	Mocuba	Sede	Total
Saldo inicial	1,329,595	956,569	481,990	464,485	419,580	967,867	4,620,086
Adições	-	978,090	-	-	-	1,377,902	2,355,992
Amortizações	(980,242)	(567,958)	-	(184,283)	-	(192,791)	(1,925,274)
Quantia escriturada	349,353	1,366,701	481,990	280,202	419,580	2,152,978	5,050,804

31 de Dezembro de 2023

	Beira	Tete	Quelimane	Moatize	Mocuba	AdRC	Total
Saldo inicial	1,329,595	956,569	481,990	464,485	419,580	967,867	4,620,086
Amortizações	(958,898)	(552,387)	-	(180,723)	-	(167,802)	(1,859,810)
Quantia escriturada	370,697	404,182	481,990	283,762	419,580	800,065	2,760,276

Amortizações acumuladas

	Beira	Tete	Moatize	Sede	Total
Saldo Inicial	958,898	552,387	180,723	167,802	1,859,810
Movimento	21,344	15,571	3,560	24,989	65,464
Saldo final	980,242	567,958	184,283	192,791	1,925,274

31 de Dezembro de 2023

	Beira	Tete	Moatize	AdRC	Total
Saldo inicial	937,554	534,101	157,498	167,802	1,796,955
Movimento	21,344	18,286	23,225	-	62,855
Saldo final	958,898	552,387	180,723	167,802	1,859,810

6. Inventários

A rubrica de existências é constituída significativamente por produtos químicos, contadores e tubos para novas ligações, manutenções e reparações.

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Total
Produtos químicos	19,454,992	487,009	1,403,574	1,705,406	355,733	1,615,640	25,022,354
Contadores	10,644,130	4,341,019	807,676	606,109	8,587,994	5,897,429	30,884,357
Tubagem e acessórios	43,088,087	27,027,899	15,116,020	6,886,805	9,111,763	5,289,325	106,519,899
Materiais diversos	585,723	-	162,330	1,041,082	27,780	-	1,816,915
Mercadoria em transitio	1,096,596	-	-	-	-	-	1,096,596
	74,869,528	31,855,927	17,489,600	10,239,402	18,083,270	12,802,394	165,340,121

31 de Dezembro de 2023

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Total
Produtos químicos	2,925,387	1,183,362	304,803	1,898	366,255	1,774,069	6,555,774
Contadores	15,082,544	6,770,571	4,265,364	525,069	7,618,487	2,413,867	36,675,902
Tubagem e acessórios	56,300,076	26,156,805	13,459,413	6,019,002	7,306,367	2,342,108	111,583,771
Materiais diversos	6,214,631	3,701,315	3,603,186	3,811,057	1,878,438	1,850,658	21,059,287
	80,522,638	37,812,053	21,632,767	10,357,027	17,169,547	8,380,702	175,874,734

7. Clientes

Esta rubrica é constituída significativamente pela dívida de clientes de categoria doméstico, público e comercial.

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Total
Domésticos	748,986,407	455,579,961	408,784,853	146,554,204	111,880,799	8,874,545	1,880,660,769
Comercial	77,387,332	29,565,158	15,324,042	8,177,250	3,800,840	1,089,898	135,344,520
Industrial	17,180,813	33,077,401	2,843,876	2,722,035	19,087,513	77,042	74,988,680
Público	107,214,105	95,487,783	39,809,627	35,838,337	26,853,201	3,881,672	309,084,725
Fontenário	85,484,556	75,219,423	7,274,100	14,250,878	35,191,744	39,538	217,460,229
Município	5,476,265	12,250,395	818,235	1,925,271	80,453	88,264	20,638,883
Outros clientes (nota 7.1)	231,710	-	2,401,447	-	-	-	2,633,157
	1,041,961,188	701,180,121	477,256,180	209,467,975	196,894,550	14,050,959	2,640,810,973
Imparidade	(781,535,376)	(455,063,492)	(339,894,769)	(156,389,110)	(127,283,612)	(9,528,368)	(1,869,694,727)
	260,425,812	246,116,629	137,361,411	53,078,865	69,610,938	4,522,591	771,116,246

31 de Dezembro 2023

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Total
Domésticos	680,132,928	369,784,362	328,549,381	127,920,633	77,791,191	7,182,251	1,591,360,746
Comercial	56,744,403	30,520,414	12,368,797	9,895,159	4,388,384	1,131,572	115,048,729
Industrial	7,822,985	16,800,129	1,992,511	2,370,536	18,466,852	88,394	47,541,407
Público	62,342,995	40,115,443	7,783,139	11,167,607	4,518,030	1,106,898	127,034,112
Fontenário	60,752,540	56,660,221	6,881,657	13,515,141	27,970,540	19,707	165,799,806
Água Avulsa	-	4,482,840	-	-	-	-	4,482,840
Município	5,711,870	7,639,577	715,814	1,908,013	44,504	39,803	16,059,581
Outros clientes (nota 7.1)	409,435	1,061,028	2,315,388	-	2,266,014	-	6,051,865
	873,917,156	527,064,014	360,606,687	166,777,089	135,445,515	9,568,625	2,073,379,086
Imparidade	(670,671,175)	(29,699,595)	(11,331,340)	(7,381,298)	(9,707,368)	-	(728,790,776)
	203,245,981	497,364,419	349,275,347	159,395,791	125,738,147	9,568,625	1,344,588,310

7.1 Outros clientes

Clientes cheques devolvidos	2024	2023
Clientes por regularizar	2,639,257	6,051,865
	2,633,157	6,051,865

O saldo de clientes por regularizar provém dos pagamentos efectuados pelos clientes e sem cobertura bancária. Estes, figuram na lista de pendentes até a sua regularização/novo pagamento por parte do cliente. Tendo em conta a incerteza quanto à sua recuperação, esses saldos encontram-se integralmente provisionados.

8. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Outros devedores (nota 8.1)	59,698,361	23,970,713
Remuneração a pagar	3,469	5,632,810
Gastos diferidos	4,253,865	-
Rendimentos diferidos	5,374,019	-
Clientes por regularizar	206,319	-
IVA a receber	-	26,069,133
Pensão de menores	-	62,201
Gastos diferidos	-	274,878,852
	69,536,033	330,613,709

8.1 Outros devedores

	2024	2023
Pessoal	1,251,933	2,817,198
Cidades AdRN	22,712,389	-
Cidades AdRS	4,471,315	-
Mpesa e RecargAki	17,072,284	9,767,132
FIPAG	1,512,509	-
Subscritores de capital	10,000,000	10,000,000
Saldos intra-grupo	-	169,444
Caução	-	1,193,745
EDM	-	23,194
Shoa Segurança	2,627,931	-
INCM	50,000	-
	59,698,361	23,970,713

9. Caixa e equivalente de caixas

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Sede	Total
Caixa	6,281,272	1,123	-	-	-	-	2,013	6,284,408
Bancos (MZN)	1,921,205	11,206,610	3,920,563	2,452,501	1,019,927	1,337,700	4,601,585	26,460,091
Depósitos a prazo	-	-	-	323,400	-	-	-	323,400
	8,202,477	11,207,733	3,920,563	2,775,901	1,019,927	1,337,700	4,603,598	33,067,899

31 de Dezembro de 2023

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Sede	Total
Caixa	-	-	134,743	-	71	-	-	134,814
Bancos (MZN)	8,557,123	8,178,682	4,031,328	10,824,187	872,232	3,508,360	6,451,542	42,423,454
BIM Dólares (USD)	-	-	-	-	-	-	880,698	880,698
Depósitos a prazo	-	-	-	323,400	-	-	-	323,400
	8,557,123	8,178,682	4,166,071	11,147,587	872,303	3,508,360	7,332,240	43,762,366

10. Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado, no montante de 10,000,000 Meticais, constituído por 100,000 acções de 100 Meticais cada, com o FIPAG – Fundo de investimento do Património de Abastecimento de Água na qualidade de socio unitário.

11. Outras componentes do capital próprio

No âmbito da construção do balanço inicial da sociedade, houve cedência de activos e passivos para AdRC, S.A., pelo FIPAG - Cedente, originando numa situação líquida na ordem de 1,526,973,348 Meticais.

12. Outros passivos financeiros

	2024	2023
MOZA BANCO		
Taxa de juro	21.20%	-
Moeda	MZN	-
Data	Novembro 2024	-
Validade	37 meses	-
Garantia	Sim	-
Renda mensal	115,119	-
Valor inicial	20,144,847	-
Amortização	(2,100,018)	-
Juros	(592,058)	-
Saldo final	17,452,771	-
Corrente	8 288 570	-
Não corrente	9 164 201	-
	17,452,771	-

A AdRC, SA. no decurso das actividades operacionais e com objectivo de criar meios suficientes para a mobilização dos recursos humanos na busca de soluções para melhorar a eficiência operacional, recorreu por via leasing à banca (Moza Banco) para aquisição de seis (6) viaturas destinadas às cidades. Por tanto, este saldo, diz respeito ao movimento após a amortização da dívida efectuada nos meses de Novembro e Dezembro de 2024. Como garantia das obrigações decorrentes deste contrato de locação, a empresa entregou ao Moza Banco uma livrança em branco subscrita pela própria e avalizada por terceiros.

13. Empréstimos obtidos

Empréstimo obtido (Descoberto bancário)	2024	2023
Millennium BIM	40,642,029	-
	40,642,029	-

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, a Empresa celebrou um contrato de descoberto bancário com o Millennium BIM no montante de 40.642.029 Meticais, o qual foi utilizado integralmente até à data de reporte. O descoberto não possui qualquer tipo de garantia colateral associada e está sujeito a uma taxa de juro anual de 19%. Este financiamento foi obtido com o objetivo de reforçar a gestão de tesouraria da Empresa de modo a dar continuidade às actividades operacionais.

14. Fornecedores

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Sede	Total
Correntes	132,105,848	20,293,075	20,920,867	11,321,124	10,692,314	16,599,996	(30,594,289)	181,338,934
	132,105,848	20,293,075	20,920,867	11,321,124	10,692,314	16,599,996	(30,594,289)	181,338,934

31 de Dezembro 2023

	Beira	Tete	Manica	Moatize	Sede	Total
Correntes	39,509,596	21,750,264	15,864,633	4,285,573	20,750,839	102,160,905
	39,509,596	21,750,264	15,864,633	4,285,573	20,750,839	102,160,905

14.1 Fornecedores

Fornecedores Nacionais	2024	2023
Titan Lda	74,576,931	10,748,201
Aquarel Tratamento Água	3,442,610	17,838,522
Jcomo Ferragens Sociedade Unipessoal, Lda	21,764,420	23,350,071
STIL Serviços Técnicos de Investimentos	6,103,544	6,103,544
Tintas e Ferragens LDA	21,219,759	12,755,176
Afritool, Lda	701,035	5,127,539
LJ Fittings Sociedade Unipessoal, Lda	7,408,855	7,032,204
Good Fittings	3,280,163	2,863,434
Ama Equipamentos	2,088,000	2,088,000
Kilimanjaro Services	2,119,843	1,938,312
Mixuene Investimentos	3,587,100	3,578,100
Aquaram,lda (2)	1,544,400	1,544,400
Blue Zone Moçambique	826,009	748,962
Ferragem Auto Paint	1,862,469	689,130
Labotech	1,414,398	437,524
Sotux	27,977,728	-
Tubagem e Acessório de Água, EI	1,415,200	-
Ferragens Chiveve	3,300	29,100
Ferragem Sagrada	3,170	-
Procurement e International Suppliers, Lda	-	2,218,320
B.Comercial, E.I	-	2,149,673
Indico construções	-	284,392
Taz Chem	-	272,072
ECUWORD	-	220,692
V.Investment, lda	-	45,623
EJL	-	48,660
Hidromáquinas	-	24,422
FIBROPAC	-	20,000
Ferragens Auto Jemo	-	4,832
	181,338,934	102,160,905

15. Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Remuneração a pagar	21,339,533	11,434,818
Subsídio de férias	10,659,164	8,795,534
Outros rendimentos diferidos	-	126,442,347
Outros acréscimos de rendimentos	-	27,836
Outros acréscimos de gastos	-	63,214,240
EDM	31,303,145	-
Limpeza	17,142,235	-
Segurança	34,284,470	-
	114,728,547	209,914,775

16. Impostos a pagar

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2024	2023
IRPC	81,845,424	85,880,761
	81,845,424	85,880,761

17. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Credores diversos (17.1)	205,607,896	246,640,807
Taxa de Saneamento	149,552,893	144,496,395
Deposito de garantia	34,646,311	32,910,157
Taxa de Saneamento AURA	7,295,353	1,870,399
Taxa de Saneamento EMUSA	90,517,129	-
Sindicato	3,312,204	2,297,419
Encargos com pessoal	29,147,566	23,244,369
Água dos colaboradores	236,793	154,089
Operações com órgãos sociais	34,697	11,363
AdRMM	3,414,632	-
Subsidio de aposentação	624,287	-
Comparticipação assistência medica	222,556	3,992
Adiantamento de clientes	-	39,630,559
Rendimentos profissionais	1,090,094	789,994
Rendimentos prediais	351,539	138,610
Rendimentos de trabalho dependente	54,042,098	12,960,110
INSS	9,622,188	5,058,668
Impostos autárquicos	35,210	52,245
Assistência médica	-	529,063
Outros credores diversos	1,117,857	-
	658,780,713	510,788,239

17.1 Credores diversos

	2024	2023
TAS - TONY ABRANTES SEGURANCA - SOCIEDADE UNIPES (8)	15,741,098	27,298,864
AURA - AUTORIDADE REGULADORA DE ÁGUAS, IP (4)	36,648,821	14,993,281
EDM - ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE	60,918,794	42,564,548
SOPROTECCAO SEGURANCA	1,910,000	7,665,500
ARA CENTRO, IP	35,809,468	3,725,331
SAIRAM ENTERPRISE	2,157,270	2,157,270
EMOSE	3,431,761	2,701,129
AQUAREL	3,891,744	3,891,744
HIDROMÁQUINAS	2,411,751	2,411,751
SUGEC ENGINEERING	3,885,322	3,885,322
B.COMERCIAL	-	5,546,450
JCOMO FERRAGENS	1,069,556	3,274,923
SPS AGENCIAMENTOS	2,553,700	3,377,250
SHOA SEGURANÇA	3,330,000	2,025,000
PORTO CARGAS	2,079,910	2,079,910
RANGI COMPUTER	-	2,796,773
GULAMO SOC. UNIPESSOAL	787,918	2,382,208
MORREIRA & SILVA	3,006,697	2,732,297
CS MINERAÇÃO	2,039,292	2,039,292
SINEC	-	7,151,512
MART, LDA	2,592,000	2,175,000
SMART CONECT	1,783,315	2,427,865
EMUSA	4,844,591	5,664,294
GREEN GARDEN	4,200,000	2,318,000
INDICO CONSTRUÇÕES	4,982,175	4,665,822
AIAS	3,504,967	4,238,397
ENTREPOSTO	293,189	15,839,751
POWER LINE	1,734,557	2,300,000
OUTROS CREDITORES DIVERSOS	-	62,311,323
	205,607,896	246,640,807

18. Redito

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição de saldos:

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Sede	Total
Venda de água	464,629,272	411,121,534	272,267,597	125,515,810	67,825,135	26,253,522	-	1,367,612,870
Serviços	112,848,368	18,676,818	6,355,005	20,805,680	4,792,233	4,718,409	-	168,196,513
Rendimentos suplementares	87,130,981	57,037,853	41,557,969	18,921,637	9,830,066	2,633,906	105,682,409	322,794,821
	664,608,621	486,836,205	320,180,571	165,243,127	82,447,434	33,605,837	105,682,409	1,858,604,204

31 de Dezembro 2023

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Sede	Total
Venda de água	494,396,876	359,336,032	270,301,964	115,203,745	69,258,929	24,659,127	-	1,333,156,673
Serviços	18,112,572	6,719,658	6,374,739	27,236,311	1,844,174	1,213,987	-	61,501,441
Rendimentos suplementares	61,543,160	34,343,811	35,866,870	22,697,531	14,952,795	2,648,426	26,841,156	198,893,749
	574,052,608	400,399,501	312,543,573	165,137,587	86,055,898	28,521,540	26,841,156	1,593,551,863

19. Custos de inventários vendidos e consumidos

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição de saldos:

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Total
Produtos Químicos	51,931,382	2,908,680	3,156,720	2,834,189	1,042,649	3,183,932	65,057,552
Contadores	11,343,798	3,738,070	3,663,039	1,396,484	955,457	203,276	21,300,124
Tubagem e Acessórios	25,072,596	11,562,620	4,893,082	1,847,625	1,228,804	142,313	44,747,040
Materiais diversos	65,344	2,280	709,620	2,612	-	-	639,384
	88,413,120	18,211,650	11,003,221	6,080,910	3,226,910	3,529,521	130,465,332

31 de Dezembro 2023

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Total
Produtos Químicos	47,012,275	3,553,888	3,052,607	2,590,516	1,094,013	2,152,646	59,455,945
Contadores	4,759,719	1,631,488	5,141,637	1,154,788	1,157,531	453,438	14,298,601
Tubagem e Acessórios	6,701,622	3,978,641	3,970,272	978,652	1,955,441	981,585	18,566,213
Materiais diversos	60,318	450	1,499	7,233	240	-	69,740
	58,533,934	9,164,467	12,166,015	4,731,189	4,207,225	3,587,669	92,390,499

20. Gastos com pessoal

Em 31 de Dezembro de 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição de:

	2024	2023
Remunerações dos trabalhadores	527,379,553	467,712,306
Remunerações dos órgãos sociais	69,946,621	40,431,169
Encargos sobre remunerações	31,647,890	17,894,073
Subsídio de renda de casa	8,946,690	5,543,423
Subsídio de férias	36,981,994	1,269,256
Subsídio de água e luz	6,794,175	-
Subsídio de Transporte	9,561,907	8,389,578
Subsídio de Falha	1,124,379	-
Subsídio de comunicação	7,802,830	-
Ajudas de custo	17,223,758	20,024,209
Seguro de doenças profissionais	3,343,334	3,322,637
Gastos de acção social	8,228,215	-
Prémios aos trabalhadores	1,325,000	-
Subsídio de integração	2,560,000	2,561,000
Despesas de representação	275,000	-
Subsídio de funeral	-	745,000
Comparticipação médica	-	2,874,388
Cabaz de Natal	-	7,502,463
Outros custos com trabalhadores	-	3,503,707
	733,141,346	581,773,209

21. Fornecimentos e serviços de terceiros

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição de:

	2024	2023
Subcontratos	6,467,648	11,149,104
Água	10,621,650	6,849,382
Energia	206,928,205	208,639,245
Combustível	24,696,835	29,437,151
Manutenção e Reparação	6,724,528	12,017,023
Comunicações	6,755,255	8,907,517
Transporte de pessoal	485,066	393,881
Limpeza	11,481,260	7,807,121
Assistência Técnica	3,427,935	2,553,394
Deslocações e estadia	4,146,454	6,178,222
Rendas e alugueres	10,310,457	15,773,304
Material de escritório	15,068,339	21,069,075
Seguros	5,198,225	4,254,206
Publicidade e propaganda	4,991,993	1,440,204
Segurança	38,169,672	38,053,466
Refeições	11,603,337	18,809,024
Material de manutenção e reparação	10,007,189	12,864,120
Trabalho especializado	7,742,976	-
Honorários	-	1,200,698
Transporte de carga	1,320,714	245,078
Outros fornecimentos e serviços de terceiros (nota 21.1)	11,460,953	16,986,954
	397,608,692	424,628,169

21.1 Outros fornecimentos e serviços de terceiros

	2024	2023
Uniforme corporativo	5,818,504	7,404,385
Reestruturação de gabinetes centrais	356,198	-
Reagentes de laboratório	612,419	871,529
Impressão de facturas de clientes	4,329,488	-
Alimentação	344,344	-
Material HST	-	1,153,283
Material reconstrução pós ciclone	-	339,434
Outros fornecimentos diversos	-	7,218,323
	11,460,953	16,986,954

22. Outros ganhos e perdas operacionais

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição de:

	2024	2023
Outros ganhos operacionais	11,009,255	24,672,479
Subsídio para investimentos	7,908,750	4,615,554
Ganhos em inventários	628,717	-
Ganhos de outras entidades	-	11,687,117
Outros rendimentos alheios ao valor acrescentado	2,471,788	8,369,808
Outras perdas operacionais	372,636,102	196,720,118
Impostos e taxas	86,044,581	47,176,332
FEE	181,200,000	116,642,402
Duodécimos	105,064,409	31,740,000
Multas	327,112	453,989
Imposto sobre o valor acrescentado	-	707,395
	(361,626,847)	(172,047,639)

23. Imparidades de contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição de:

	2024	2023
Saldo inicial	728,790,776	58,119,601
Movimento	1,140,903,951	670,671,175
Saldo final	1,869,694,727	728,790,776

24. Rendimentos financeiros

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição de:

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Sede	Total
Juros obtidos	16,970	-	-	7,094	-	32,877	56,941
Outros ganhos	295	119,658	912	53,653	234	-	174,752
	17,265	119,658	912	60,747	234	32,877	231,693

31 de Dezembro de 2023

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Sede	Total
Juros obtidos	71,294	-	-	7,897	-	-	420,465	499,656
Diferenças cambiais favoráveis	-	-	-	14,845	-	-	-	14,845
Outros ganhos	-	308,471	48,036	87,165	13,348	1,920	-	458,940
	71,294	308,471	48,036	109,907	13,348	1,920	420,465	973,441

25. Gastos financeiros

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição de:

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Sede	Total
Juros suportados	2,165	64,113	54,322	1,406	6,317	6,074	2,152,500	2,286,897
Despesas bancárias	791,492	681,627	731,168	273,254	789,768	136,128	1,760,752	5,164,189
Outros gastos financeiros	18,657	-	(7,530)	-	-	-	1,171,875	1,183,002
	812,314	745,740	777,960	274,660	796,085	142,202	5,085,127	8,634,088

31 de Dezembro de 2023

	Beira	Tete	Manica	Quelimane	Moatize	Mocuba	Sede	Total
Juros suportados	7,038	-	59,396	17,203	-	-	-	83,637
Despesas bancárias	844,911	650,164	798,893	252,861	117,971	145,312	326,534	3,136,646
Outros gastos financeiros	323,322	-	12,029	-	98,891	-	1,830	436,072
	1,175,271	650,164	870,318	270,064	216,862	145,312	328,364	3,656,355

26. Imposto sobre o rendimento

	2024		2023	
Imposto corrente		(81,845,424)	(85,880,761)	(85,880,761)
		(81,845,424)	(85,880,761)	
	2024		2023	
Resultado antes de impostos		(941,272,261)		(382,512,972)
Gastos não dedutíveis				
Perdas de inventário	1%	9,479,267	0%	-
Reintegrações e amortizações não aceites como custo	1%	9,450,672	0%	-
Provisões ou perdas por imparidade não dedutíveis para além dos limites legais	122%	1,145,795,935	167%	639,256,409
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	0%	327,111	0%	511,260
50% das ajudas de custo	1%	8,611,879	3%	10,313,922
80% das despesas de representação	0%	693,902	0%	413,656
Realizações de utilidade social não enquadráveis	2%	19,302,818	0%	-
50% de encargos com viaturas ligeiras de passageiro	0%	3,377,628	0%	395,102
Adições do exercício		1,197,039,212		650,890,349
Rendimentos não tributáveis				
Lucro fiscal do exercício		255,766,951		268,377,377
Imposto corrente	32%	81,845,424	32%	85,880,761
IRPC Pagamento especial por conta		100,000		33,000
		100,000		33,000

27. Pagamentos relativos a Opex

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Ajudas de custo	17,223,758	20,627,843
Renda Variável	121,133,835	70,328,817
Combustível	22,216,544	34,147,098
Manutenção e Reparação	12,322,152	-
Rendas e alugares	10,310,457	-
Refeições	13,459,871	-
Publicidade e propaganda	5,790,712	-
Subsídio de integração	2,560,000	2,120,894
Material de escritório	17,479,274	18,408,776
IVA	110,581,812	199,281,449
IRPS	43,183,495	52,586,787
INSS	31,578,507	28,015,305
	407,840,417	425,516,969

28. Gestão de risco, objectivos e políticas

As actividades da AdRC, S.A., estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração, é alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno, e minimizar os efeitos potenciais, adversos ao desempenho financeiro.

Assim, as políticas de gestão de risco da sociedade são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo, e monitorar os riscos e aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. A sociedade revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

As actividades da sociedade estão expostas a factores de risco financeiro, tais como:

- i. Risco de Crédito,
 - ii. Risco de Liquidez, e
 - iii. Risco de Fluxos de Caixa Associado à Taxa de Juro.
- a. Risco de Mercado

O risco de mercado, é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros que a gestão da empresa considere aceitável.

b. Risco de taxa de câmbio

A AdRC, S.A., possui contas a ordem expressos em moeda estrangeira que estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela actualização.

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras das AdRC, S.A., podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, MZN/USD.

A AdRC, S.A., procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional. A alteração da taxa de câmbio, não irá alterar de forma considerável as nossas contas pois as compras são internas e expressas em Meticais.

Moeada	Compra	Venda
Dólar Americano	63,27	64,53
31 de Dezembro de 2023		

Moeada	Compra	Venda
Dólar Americano	63,27	64,53

c. Risco de crédito

A grande maioria dos clientes da AdRC, S.A., são da categoria doméstico. Como é do conhecimento geral, uma grande parte destes clientes vive em situações económicas difíceis. Estas dificuldades têm uma repercussão directa na cobrança pela água vendida, estando assim sujeita a este factor crítico do negócio. Saliente-se que os atrasos no pagamento da água vendida e serviços associados apresentam valores e atrasos de tal modo significativos.

A sociedade tem efectuado esforços significativos no sentido de promover a regularização destas dívidas estando inclusivamente a efectivar cortes de ligações e materializando acordos de amortizações da dívida em prestações.

Risco de Crédito	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Clientes	2,640,810,973	(1,869,694,727)	771,116,246
Outros Activos Correntes	693,442,079	-	693,442,079
Caixa e Equivalentes de Caixas	33,067,899	-	33,067,899
	3,367,320,951	(1,869,694,727)	1,497,626,224

31 de Dezembro de 2023

Risco de Crédito	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Clientes	2,073,379,086	(728,790,776)	1,344,588,310
Outros Activos Correntes	1,067,162,663	-	1,067,162,663
Caixa e Equivalentes de Caixas	43,762,366	-	43,762,366
	3,184,304,115	(728,790,776)	2,455,513,339

d. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável. Em virtude da dinâmica do negócio da AdRC, S.A., a tesouraria pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante evitando recorrer a descobertos bancários.

A gestão deste tipo de risco, é desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidência, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e fluxos de caixa, bem como os respectivos *gaps* de liquidez.

	Ate 6 meses	6 a 12 meses	Mais de 12 meses	2024
Activos correntes				
Clientes	424 834 966	246 745 814	99 535 467	771 116 246
Outros activos correntes	69 536 033	-	-	69 536 033
Caixas e equivalentes de caixa	33 067 899	-	-	33 067 899
Total de activos correntes	527 438 898	246 745 814	99 535 467	873 720 178
Passivo corrente				
Fornecedores	79 178 029	58 025 782	44 135 123	181 338 934
Empréstimos obtidos	40 642 029	-	-	40 642 029
Acréscimos e diferimentos	114 728 547	-	-	114 728 547
Outras contas a pagar	685 142 405	-	-	685 142 405
Total dos passivos correntes	919 691 010	58 025 782	44 135 123	1 021 851 915
Passivo não corrente				
Outros passivos financeiros	8 288 570	9 164 201	-	17 452 771
Total dos passivos não correntes	8 288 570	9 164 201	-	17 452 771
Activos líquidos correntes	(392 252 112)	188 720 032	55 400 343	(148 131 737)

	Ate 6 meses	6 a 12 meses	Mais de 12 meses	2023
Activos correntes				
Clientes	740 780 825	430 248 407	173 559 078	1 344 588 310
Outros activos correntes	330 613 709	-	-	330 613 709
Caixas e equivalentes de caixa	43 762 366	-	-	43 762 366
Total de activos correntes	1 115 156 900	430 248 407	173 559 078	1 718 964 385
Passivo corrente				
Fornecedores	44 606 522	32 689 981	24 864 402	102 160 905
Acréscimos e diferimentos	209 914 775	-	-	209 914 775
Outras contas a pagar	582 780 286	-	-	582 780 286
Total dos passivos correntes	837 301 583	32 689 981	24 864 402	894 855 966
Activos líquidos correntes	277 855 317	397 558 426	148 694 676	824 108 419

29. Risco de regulatório

Como provedor de um serviço público, a AdRC, S.A., opera num ambiente regulado. A AURA, IP., tem a função de avaliar e aprovar a tarifa do consumidor, a emissão de recomendações relativas à qualidade do serviço. No intuito de conciliar o interesse público, no que concerne ao adequado acesso aos serviços de abastecimentos de água as populações moçambicanas, e o próprio interesse do operador em gerar resultados que satisfaçam o capital investido pelo acionista, o regulador pode tomar decisões com impacto negativo no fluxo de caixa, com todas as consequências adversas que daí resultam saldos e transações com partes relacionadas (FIPAG).

Saldos com partes relacionadas	2024	2023
Saldos devedores		
FIPAG - Prov. suporte despesas	10,000	97.000,313
	10,000	97,000,313
Saldos credores		
Renda fixa fee FIPAG	(94,892,398)	(39,151,971)
	(94,892,398)	(39,151,971)
Posição líquida	(94,882,398)	57,848,342
Transações com partes relacionadas		
Custos		
Custo de Renda Fixa Fee FIPAG	181,200,000	116,642,402
	181,200,000	116,642,402

30. Continuidade das operações

A empresa registou um prejuízo no montante de 1,023,117,686 Meticais em 2024 (468,393,732 Meticais em 2023). A capacidade de a empresa continuar a operar segundo o pressuposto de continuidade está fortemente assente da injeção de capital pelo acionista e da capacidade de gerar fluxos de caixa através da realização de operações lucrativas e sustentáveis.

O acionista forneceu uma carta de conforto juridicamente vinculativa, na qual o acionista se compromete, a pedido da empresa, a prestar à empresa a assistência financeira necessária para garantir que a empresa é capaz de cumprir as suas obrigações financeiras e pagar as suas dívidas (actuais e futuras) à medida que estas se vencem no decurso normal das atividades. A carta mantém-se em pleno vigor e efeito durante um (1) ano a contar da data da sua assinatura e das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

Esta base pressupõe que a AdRC, S.A., continuará a receber o apoio do acionista unitário, o Fundo do Investimento e Património de Abastecimento de Água e que a realização dos activos e liquidação de passivos ocorrerá no curso normal do negócio. Estes factores dão origem a incertezas e dúvidas significativas sobre a continuidade das operações, ou seja, se a AdRC, S.A., se encontra capaz de realizar os seus activos e cumprir com as suas obrigações no curso normal dos negócios.

Deste modo, o futuro da empresa está assim dependente da realização de operações lucrativas e sustentáveis, tomando por base um plano estratégico de negócio para os próximos anos, contudo, foi efectuada uma avaliação pelo banco mundial (*utilities of the future*), na qual estabeleceu-se que a AdRC, S.A., irá orientar-se nos seguintes pressupostos estratégicos:

- **Faturação e Leitura**
 - a. Redução de Perdas até 34% até o final de 2025
 - b. Rácio de Faturação real, 100% dos clientes com contadores operacionais;
 - c. Substituição de contadores:
 - i. Instituições publicas (95%);
 - ii. Clientes de Categoria Doméstica;
- **Cobrança e Recuperação da Dívida**
 - d. As cobranças correntes devem ser orientadas nos seguintes pressupostos:
 - i. Rácio de cobrança normal – 90%;
 - ii. Rácio de recuperação da dívida – 25%.
- **Redução de Custos Operacionais**
 - e. Peso dos custos na estrutura de custos operacionais:
 - i. Custos com Pessoal – 39%;
 - ii. Fornecimento de Serviços de Terceiros (FSE) – 20%;
 - iii. Custos com Inventários, consumidos ou vendidos (CMVC) – 12%.